

Aliança do Brasil Seguros S.A.

CNPJ 01.378.407/0001-10



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Financeiras da Aliança do Brasil Seguros S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP e acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, do Parecer dos Atuariais Independentes e do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria. A Aliança do Brasil Seguros S.A. atua no segmento de seguros de danos, exceto automóveis e participa no seguro do Convênio DPVAT da Seguradora Líder. Em 06 de fevereiro de 2018 foi divulgado fato relevante sobre a reestruturação societária e operacional das sociedades integrantes do atual GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE, conforme detalhado na nota explicativa nº 30. **Prêmios emitidos** No exercício de 2017, a Seguradora apresentou prêmios emitidos de R\$ 604,4 milhões, retração de 6,4% em relação ao ano anterior, em função da adoção de nova política de subscrição, com o objetivo de melhoria da rentabilidade de suas carteiras e, registrou decréscimo de 32,1% na carteira do DPVAT, devido à redução na tarifa realizada pela Seguradora Líder. **Despesas administrativas** No exercício de 2017 o índice de despesas administrativas sobre os prêmios ganhos foi de 11,5%, com redução de 0,3 p.p. em relação ao ano anterior.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2017	2016
Circulante		577.348	747.755
Disponível	5	224	4.537
Caixa e bancos		224	4.537
Equivalente de caixa	6	190	2.915
Aplicações	6	218.723	202.532
Créditos das operações com seguros e resseguros		174.254	334.976
Prêmios a receber	8	147.652	174.155
Operações com seguradoras		3.682	18.191
Operações com resseguradoras	9a	22.920	142.630
Outros créditos operacionais		9.532	4.468
Ativos de resseguro - provisões técnicas	9a	74.459	110.829
Títulos e créditos a receber		34.122	20.159
Títulos e créditos a receber	10	3.272	4.517
Créditos tributários e previdenciários	26b	29.806	14.669
Outros créditos		1.044	973
Outros valores e bens		616	779
Bens imóveis		616	779
Despesas antecipadas		488	397
Custos de aquisição diferidos	19	64.740	66.163
Seguros		64.740	66.163
Ativo não circulante		338.974	334.495
Realizável a longo prazo		291.698	286.905
Aplicações	6	205.740	220.452
Ativos de resseguro - provisões técnicas	9a	27.311	22.932
Títulos e créditos a receber		56.137	41.663
Créditos tributários e previdenciários	26b	32.590	19.959
Provisões judiciais e fiscais	23a	23.547	21.704
Custos de aquisição diferidos	19	2.510	1.858
Seguros		2.510	1.858
Investimento		298	447
Participações societárias		298	447
Imobilizado	11	238	1.467
Bens móveis		238	1.467
Intangível	12	46.740	45.676
Outros intangíveis		46.740	45.676
Total do ativo		916.322	1.082.250

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

O modelo de gestão de custos e investimentos adotado pela Seguradora, juntamente com a otimização de processos e sistemas, estão contribuindo para ganhos de eficiência operacional. Isso faz parte da nossa estratégia, que visa obter ganhos contínuos de produtividade, sem impactar negativamente o nível de serviço para clientes.

Desempenho financeiro

O resultado financeiro totalizou R\$ 34,2 milhões com redução de 37,2% em relação ao ano anterior. Em dezembro de 2017 houve venda das ações do IRB, com impacto no resultado de R\$ 1,8 milhões. Em atendimento à Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações, a Seguradora declara deter, na categoria "mantidos até o vencimento", Títulos e Valores Mobiliários (TVM) no valor de R\$ 106,2 milhões, considerando ter capacidade financeira para tal, manifesta a intenção de observar os prazos de resgate originais dos mesmo. **Índice combinado** O índice combinado no exercício de 2017 foi de 107,9%, aumento de 2,0 p.p. em relação ao ano anterior. O índice combinado ampliado, que inclui o resultado financeiro, no exercício de 2017 foi de 102,2%, aumento de 20,9 p.p. em relação ao ano anterior.

Lucro líquido e por ação

A Seguradora apresentou prejuízo de R\$ 2,5 milhões em 2017 contra lucro líquido de R\$ 91,5 milhões em 2016. O prejuízo por ação foi de R\$ (137,47) em 2017 e lucro líquido por ação de R\$ 4.983,28 em 2016. **Investimentos e novos negócios** A Seguradora fez investimentos no montante de R\$ 9,0 milhões no exercício de 2017, destinados a sistemas de informática.

Distribuição de dividendos

No exercício foi deliberada a distribuição de lucros no total de R\$ 40,2 milhões na forma de dividendos e juros sobre o capital próprio, nos valores de R\$ 27,3 milhões e R\$ 12,9 milhões, respectivamente, em Reuniões do Comitê de Direção realizadas em 15 de agosto e 1º de setembro de 2017. Conforme previsto no Estatuto da Aliança do Brasil Seguros uma parcela de seu lucro, por proposta dos órgãos da administração, aprovada pela Assembleia Geral, poderá ser destinada à formação de Reserva de Investimentos, que tem o objetivo de prover fundos que garantam o nível de capitalização da Seguradora, investimentos em atividades relacionadas com o objeto social da Seguradora, o aumento de capital nas sociedades das quais participa como acionista, a aquisição de sociedades congêneres e/ou o pagamento de dividendos futuros ou suas antecipações. Em atendimento à Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações, a Seguradora declara deter, na categoria "mantidos até o vencimento", títulos e valores mobiliários no valor de R\$ 106,2 milhões, considerando ter capacidade financeira para tal, manifesta a intenção de observar os prazos de resgate originais dos mesmos. **Agradecimentos** Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, corretores, parceiros e aos colaboradores pelo apoio e confiança depositados em nosso trabalho. O fortalecimento desse relacionamento é um dos objetivos que nos estimula a seguir em frente, em busca de novos desafios.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2018.

A Administração

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação, respectivamente)

	Nota	2017	2016
Prêmios emitidos	25b	604.427	646.026
(-) Variações de provisões técnicas de prêmios		6.148	92.821
(=) Prêmios ganhos	25a	610.575	738.847
(+) Receita com emissão de apólice		2.971	2.923
(-) Sinistros ocorridos	25c	(243.400)	(220.761)
(-) Custos de aquisição	25d	(190.755)	(228.771)
(-) Outras receitas e despesas operacionais	25e	(25.853)	(21.402)
(+/-) Resultado com resseguro	25f	(110.874)	(73.982)
(+) Receita com resseguro		9.690	22.633
(-) Despesas com resseguro		(120.564)	(96.615)
(-) Despesas administrativas	25g	(70.053)	(86.713)
(-) Despesas com tributos	25h	(18.905)	(14.114)
(+) Resultado financeiro	25i	34.183	54.542
(+) Receitas financeiras		49.420	64.542
(-) Despesas financeiras		(15.237)	(10.090)
(+) Resultado patrimonial		6	1
(=) Resultado operacional	(12.105)	150.480	151.239
(-) Ganhos ou perdas com ativos não correntes		(1.159)	759
(=) Resultado antes dos impostos e participações	(13.264)	149.321	152.000
(-) Imposto de renda	26a	7.437	(32.617)
(-) Contribuição social	26a	5.297	(26.013)
(-) Participações sobre o resultado		(1.994)	(1.111)
(=) Prejuízo/lucro líquido do exercício	(2.524)	91.498	91.498
(/) Quantidade de ações		18.361	18.361
(=) Prejuízo/lucro líquido por ação		(137,47)	4.983,28

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	2017	2016
Prejuízo/lucro líquido do exercício	(2.524)	91.498
Outros resultados abrangentes	93	2.062
Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda		169
Imposto de renda e contribuição social sobre resultados abrangentes		(76)
Resultado abrangente do exercício, líquido dos impostos	(2.431)	93.560
Atribuível aos acionistas:	(2.431)	93.560
Controladores		
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.		

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	2017	2016
Prejuízo/lucro líquido do exercício	(2.524)	91.498
Ajustes para:	24.814	(24.496)
Depreciação e amortizações	9.114	6.633
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	38.811	14.259
Variação dos custos de aquisição diferidos	771	13.768
Variações das provisões técnicas	(25.118)	(60.202)
Ativo fiscal diferido	77	1.805
Ganhos e perdas na alienação de imobilizado	1.159	(759)
Variação nas contas patrimoniais:	60.157	57.412
Aplicações	(1.479)	51.114
Créditos das operações de seguros e resseguros	121.427	231.630
Ativos de resseguro e retrocessão	31.991	34.741
Créditos fiscais e previdenciários	(27.845)	(12.353)
Despesas antecipadas	(91)	(41)
Outros ativos	(3.243)	27.132
Depósitos judiciais e fiscais	(1.843)	(1.568)
Impostos e contribuições	12.981	57.230
Outras contas a pagar	(16.059)	(23.110)
Débitos de operações com seguros e resseguros	(22.112)	(226.670)
Depósitos de terceiros	(12)	(20.095)
Provisões técnicas - seguros	(43.955)	(46.101)
Provisões judiciais	11.826	(21.597)
Outros passivos	(1.522)	5.038
Ajuste à valor justo - títulos disponíveis para venda	93	2.062
Caixa gerado pelas operações	82.447	124.414
Imposto de renda sobre o lucro - pago	(15.662)	(28.286)
Contribuição social sobre o lucro - pago	(17.599)	(20.869)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	49.186	75.259

ATIVIDADES OPERACIONAIS

Prejuízo/lucro líquido do exercício	2017	2016
Ajustes para:	24.814	(24.496)
Depreciação e amortizações	9.114	6.633
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	38.811	14.259
Variação dos custos de aquisição diferidos	771	13.768
Variações das provisões técnicas	(25.118)	(60.202)
Ativo fiscal diferido	77	1.805
Ganhos e perdas na alienação de imobilizado	1.159	(759)
Variação nas contas patrimoniais:	60.157	57.412
Aplicações	(1.479)	51.114
Créditos das operações de seguros e resseguros	121.427	231.630
Ativos de resseguro e retrocessão	31.991	34.741
Créditos fiscais e previdenciários	(27.845)	(12.353)
Despesas antecipadas	(91)	(41)
Outros ativos	(3.243)	27.132
Depósitos judiciais e fiscais	(1.843)	(1.568)
Impostos e contribuições	12.981	57.230
Outras contas a pagar	(16.059)	(23.110)
Débitos de operações com seguros e resseguros	(22.112)	(226.670)
Depósitos de terceiros	(12)	(20.095)
Provisões técnicas - seguros	(43.955)	(46.101)
Provisões judiciais	11.826	(21.597)
Outros passivos	(1.522)	5.038
Ajuste à valor justo - títulos disponíveis para venda	93	2.062
Caixa gerado pelas operações	82.447	124.414
Imposto de renda sobre o lucro - pago	(15.662)	(28.286)
Contribuição social sobre o lucro - pago	(17.599)	(20.869)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	49.186	75.259

ATIVIDADES DE INVESTIMENTO

Recebimento pela venda:	273	1.590
Investimento	149	-
Imobilizado	4	1.587
Intangível	79	3
Pagamento pela compra:	(10.232)	(22.774)
Investimentos	-	(30)
Imobilizado	(151)	(1.447)
Intangível	(10.081)	(21.297)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(9.959)	(21.184)

ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	(46.265)	(72.985)
Aumento de capital	-	15.185
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(46.265)	(57.800)
Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa	(7.038)	(3.725)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7.452	11.177
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	414	7.452

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

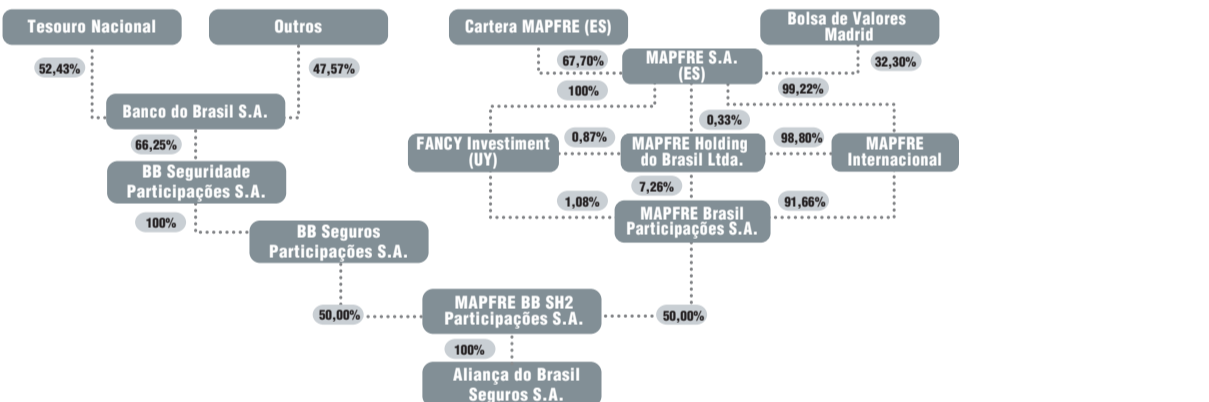
	Reservas de lucros					Lucros acumulados	Total
	Capital social	Aumento de capital (em aprovação)	Capital social a integralizar	Reserva legal	Reserva de títulos e valores mobiliários		
Saldo em 31 de dezembro de 2015	105.171	10.000	(1.500)	16.184	112.244	-	- 239.928
Capital integralizado conforme AGE de 29 de dezembro de 2015	-	-	1.500	-	-	-	1.500
Aprovação de aumento de capital - Portaria SUSEP/DIRAT/C/GRAT nº 1.352, de 03 de maio de 2016	10.000	(10.000)	-	-	-	-	-
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 30 de junho de 2016	-	-	-	-	(49.300)	-	(49.300)
Aumento de capital - AGE de 15 de dezembro de 2016	-	13.685	-	-	-	-	13.685
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	2.062	2.062
Juros sobre o capital próprio - AGE de 15 de dezembro de 2016	-	-	-	-	-	(16.100)	(16.100)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	91.498	91.498
Distribuição do resultado:	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	4.575	-	(4.575)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(8.046)	(8.046)
Reserva de investimentos	-	-	-	-	62.777	(62.777)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	115.171	13.685	- 20.759	125.721	(109)	93	- 275.227
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	93	93
Aprovação de aumento de capital - Portaria SUSEP/DIORG nº 276, de 20 de março de 2017	13.685	(13.685)	-	-	-	-	-
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 1º de setembro de 2017	-	-	-	-	(27.254)	-	(27.254)
Juros sobre o capital próprio - Reunião de Diretoria em 15 de agosto de 2017	-	-	-	-	(6.900)	-	(6.900)
Juros sobre o capital próprio - Reunião de Diretoria em 1º de setembro de 2017	-	-	-	-	(6.000)	-	(6.000)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(2.524)	(2.524)
Reserva de lucros (absorção de prejuízo do exercício)	-	-	-	-	2.524	-	2.524
Saldo em 31 de dezembro de 2017	128.856	-	- 20.759	83.043	(16)	-	- 232.642

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Aliança do Brasil Seguros S.A. (doravante designada por "Seguradora"), é uma sociedade anônima de capital fechado, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar em todos os ramos de seguros, em todo o território nacional, e atua com os ramos de danos. A Seguradora está sediada em São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, 14.261, 29º andar, e cadastrada no CNPJ sob o nº 01.378.407/0001-10. A Seguradora, no desenvolvimento de suas atividades, atua de forma integrada com o Banco do Brasil (doravante designado por "BB") e empresas a ele ligadas, mantendo com essas empresas algumas operações, as quais estão detalhadas na nota explicativa nº 27. Em 30 de junho de 2011, a parceria entre o Banco do Brasil, através de sua subsidiária integral BB Seguros Participações S.A., e o Grupo MAPFRE, através de sua subsidiária integral MAPFRE Brasil Participações S.A., firmada em 5 de maio de 2010, foi concretizada, dando origem ao GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE, representado por duas Sociedades Holdings: BB MAPFRE SH1 Participações S.A. e MAPFRE BB SH2 Participações S.A.. Em 31 de dezembro de 2017, o GRUPO apresentava a estrutura abaixo, cujo controle acionário foi aprovado pela Portaria SUSEP nº 4.676 de 25 de junho de 2012:



2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

a) Base de preparação: Em consonância com a Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações, as demonstrações financeiras individuais foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras individuais estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular. Essas demonstrações financeiras individuais foram aprovadas pela Administração em 23 de fevereiro de 2018. **b) Base para avaliação, apresentação e moeda funcional:** As demonstrações financeiras individuais estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo. A moeda funcional da Seguradora é o Real. **c) Continuidade:** A Administração considera que a Seguradora possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras individuais foram preparadas com base nesse princípio de continuidade. **d) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as normas do CPC, referendado pela SUSEP exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: *i.* informações sobre julgamentos

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

reconhecidos no resultado pelo método linear de acordo com o prazo do arrendamento e os incentivos recebidos são reconhecidos como parte integrante das despesas totais de arrendamento, ao longo da vigência do contrato. **s) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 20% sobre o lucro tributável. As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do período, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e somado de eventual ajuste de imposto a pagar com relação aos períodos anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos considerados na base de cálculo do imposto corrente e os correspondentes valores tributáveis ou dedutíveis em períodos futuros. O imposto diferido é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, sendo reconhecido no nível em que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação. **t) Participações nos lucros:** A Seguradora registra mensalmente a participação nos lucros com base nos critérios de pagamento referente ao último exercício, caso não tenha ocorrido nenhuma mudança significativa na política de remuneração, sendo atualizado pelo índice de reajuste salarial da categoria e ajustada posteriormente, para pagamento aos colaboradores, conforme política de remuneração.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Seguradora, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros. **Risco de subscrição;** **Risco de crédito;** **Risco de liquidez;** **Risco de mercado;** e **Risco operacional.** A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Seguradora na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados. **Estrutura de gerenciamento de riscos:** O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, sendo utilizado com o objetivo de evitar perdas e adicionar valor ao negócio, à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros. A Seguradora conta com um processo de gestão de riscos, em constante aperfeiçoamento, alinhado à regulamentação vigente. A gestão busca a adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos. O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos. O gerenciamento dos riscos inerentes às atividades é abordado dentro de um processo apoiado na estrutura de Controles Internos e Gestão de Riscos. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos, buscando minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a identificação e mensuração dos riscos. A gestão dos riscos corporativos é sustentada por modelos estatísticos como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do "Value at Risk" (VaR), indicadores de suficiência de capital, dentre outros. A estes modelos, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de avaliações de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles, e de auditoria, tendo como objetivo a análise atômica, o acompanhamento e a mitigação dos riscos corporativos. Para assegurar a unicidade ao processo de gerenciamento de riscos, o GRUPO conta com os seguintes comitês: **Comitê financeiro:** constituído com o caráter de análise e a avaliação das questões ligadas à aspectos financeiros, sendo de competência deste, acompanhar o desempenho financeiro e propor para apreciação do Comitê Executivo, dentre outros, as políticas e os limites para administração dos riscos financeiros. **Comissão de riscos, segurança e sustentabilidade:** constituído como órgão de apoio vinculado ao Comitê de Direção, no âmbito da estrutura de governança corporativa do GRUPO SEGURADORA BANCO DO BRASIL E MAPFRE, tendo como objetivo avaliar e acompanhar, bem como auxiliar a Alta Direção no processo de avaliação e decisão quanto aos riscos corporativos e controles internos, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo GRUPO.

Comitê de auditoria: órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração que tem como atribuições, entre outras, revisar as demonstrações financeiras individuais, à luz das práticas contábeis vigentes, avaliar a qualidade do sistema de controles internos, à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos, avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, e propor ao Conselho de Administração o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições. **Comitê executivo:** cabe a este comitê zelar pela agilidade e qualidade do processo decisório da Seguradora. Possui atribuições específicas que colaboram com o ambiente de controles internos tais como a gestão dos processos de prevenção e combate à lavagem de dinheiro, a divulgação e disseminação dos mais elevados padrões de conduta ética e a otimização de recursos. O relacionamento dos Comitês com a Alta Administração respeita as alçadas definidas pelo sistema normativo, contudo, sempre é respeitado o nível de independência requerido para as análises técnicas. Os Comitês têm em seus regulamentos a definição de suas atribuições e nível de reporte. Atinda com o intuito de gerir os riscos aos quais a Seguradora está exposta, a Auditoria Interna possui um importante papel. A sua independência, objetividade e a continuidade dos exames efetuados colaboram para uma gestão de riscos adequada ao perfil da Seguradora. A Auditoria Interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo a um custo razoável. O escopo da Auditoria Interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como à qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades.

Risco de subscrição: A Seguradora define risco de subscrição como o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do futuro de sinistro. Os contratos de seguro que transferem risco significativo são aqueles onde a Seguradora possui a obrigação de pagamento de um benefício adicional significativo em cenários com substância comercial, classificados através da comparação entre os prêmios nos quais o evento ocorre, afetando os segurados de forma adversa, e cenários onde o evento não ocorre. Pela natureza intrínseca de um contrato de seguro, o seu risco é de, certa forma, acidental e consequentemente sujeito a oscilações. Para um grupo de contratos de seguro onde a teoria da probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento, a Seguradora entende que o principal risco transferido para a Seguradora é o risco de que sinistros avisados e os pagamentos de benefícios resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de seguros. Essas situações ocorrem, na prática, quando a frequência e severidade dos sinistros e benefícios aos segurados são maiores do que previamente estimado, segundo a metodologia de cálculo destes passivos. A experiência histórica demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa que a Seguradora incorreria para fazer face aos eventos de sinistros. A Seguradora utiliza a metodologia de diversificação de riscos e programas de resseguro, com seguradoras que possuem uma carteira de risco de crédito de alta qualidade, de forma que o resultado adverso de eventos atípicos e volúteis seja minimizado. Não obstante, o risco de subscrição é minimizado em função da menor parcela dos riscos aceitos possuírem importâncias seguradas elevadas. **Concentração de riscos:** As exposições a concentração de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e por segmento de seguro baseada no valor de prêmio emitido bruto e líquido de resseguro.

Bruto de resseguro (*)	2017		2016	
	Danos	%	Danos	%
Região geográfica				
Centro Oeste	129.466	22%	123.955	25%
Nordeste	91.116	16%	91.116	17%
Norte	29.996	5%	29.996	6%
Sudeste	208.230	36%	163.464	32%
Sul	119.693	21%	103.620	20%
Total	578.550	100%	508.700	100%
Bruto de resseguro (*)				
Região geográfica				
Centro Oeste	88.574	15%	64.474	13%
Nordeste	88.107	15%	83.848	17%
Norte	34.773	6%	33.465	7%
Sudeste	130.299	22%	102.620	20%
Sul	130.299	22%	102.620	20%
Total	595.366	100%	503.790	100%

(*) As operações estão líquidas de RVNE e DPVAT no montante de R\$ (7.662) e R\$ 33.539 (R\$ 1.244 e R\$ 49.416 em 31 de dezembro de 2016). (**) As operações estão líquidas de RVNE de resseguro no montante de R\$ 1.662 (R\$ 1.078 em 31 de dezembro de 2016). **Capacidade de risco de subscrição:** O teste de sensibilidade foi elaborado para possibilitar como serão afetados o resultado e o patrimônio líquido caso ocorram alterações razoavelmente possíveis nas variáveis de risco relevante à data do balanço. As provisões técnicas representam valor significativo do passivo e correspondem aos diversos compromissos financeiros futuros da Seguradora com seus clientes. Em função da relevância do montante financeiro e das incertezas que envolvem os cálculos das provisões, foram consideradas na análise, as variáveis mais relevantes para cada tipo de negócio. Como fatores de risco elegeram-se as variáveis abaixo: **a) Provisões técnicas:** Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados - IBNR; simulado como um possível e razoável aumento no atraso entre a data de ocorrência dos sinistros e a respectiva data de aviso à seguradora poderia afetar o saldo da provisão de IBNR. O agravamento considerado baseia-se na elevação de 5% nos valores de atraso. **b) Sinistralidade:** Simulamos como uma elevação de 5% na sinistralidade da carteira. Considerando as premissas acima descritas, os valores apurados são:

Fator de risco	Sensibilidade		Impacto no patrimônio líquido/resultados (bruto de impostos)	
	Aumento	Elevação de 5% do IBNR	2017	2016
a) IBNR				
b) Sinistralidade				

Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais para com a Seguradora. A Administração possui políticas que garantem que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos através do monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares e levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. O risco de crédito pode se materializar por meio dos seguintes fatos: **a) Perdas decorrentes de inadimplência,** por falta de pagamento do prêmio ou de suas parcelas por parte dos segurados e de recuperação de sinistros por parte do ressegurador. **b) Possibilidade de algum emissor de ativos financeiros não efetuar o pagamento previsto no vencimento ou as amortizações previstas para cada título e **c) Incapacidade ou inviabilidade de recuperação de créditos de títulos de renda fixa para cada título e **d) Incapacidade ou inviabilidade de recuperação de créditos de títulos de renda fixa para cada título e **e) Incapacidade ou inviabilidade de recuperação de créditos de títulos de renda fixa para cada título.********

Exposição ao risco de crédito de seguro: A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os ramos de risco e decorre de riscos decorridos. Os ramos de riscos decorridos a exposição é maior, uma vez que a cobertura é dada em antecedência ao pagamento do prêmio de risco. A Administração entende que, no que se refere às operações de seguros, há uma exposição reduzida ao risco de crédito, uma vez que a Seguradora opera com diversos tipos de produtos. Em relação às operações de resseguro, a Seguradora está exposta a concentrações de risco com resseguradoras individuais, devido à natureza do mercado de resseguro. A Seguradora adota uma política de gerenciar as exposições das contrapartes de resseguro, operando somente com resseguradores com alta qualidade de crédito refletidas nos ratings atribuídos por agências classificadoras. No caso das resseguradoras MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros, MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A. e MAPFRE Risks Companhia Internacional de Seguros e Resseguros S.A. foi considerado o rating da MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A. **Prêmio cedido aos resseguradores:**

Rating	2017			2016		
	Local	Admitida	Eventual Total (*)	Local	Admitida	Eventual Total (*)
A	18.236	6.095	24.331	20.714	10.741	31.455
A+	45	1.649	1.694	2.563	1.451	4.014
A-	37.729	—	37.729	51.490	—	51.490
AA	6.235	—	(169)	6.066	4.470	—
AA-	—	30	30	147	—	—
Total	62.245	7.774	(169)	69.850	76.674	13.451

(*) Inclui operações comprometidas no montante de R\$ 105.770 em lastro em títulos públicos. **Ativos financeiros - rating**

	AA-	AAA	Sem rating	Total
Títulos de renda fixa públicos (*)	419.209	—	—	419.209
Fundos de investimento em direitos creditórios	—	5.020	—	5.020
Outras aplicações	—	—	234	234
Total	419.209	5.020	234	424.463

(*) Inclui operações comprometidas no montante de R\$ 105.770 em lastro em títulos públicos. **Ativos financeiros - rating**

	AA-	A+	AAA	BBB+	Sem rating	Total
Títulos de renda fixa públicos (*)	399.869	—	—	—	—	399.869
Debêntures	—	2.510	—	2.055	—	4.565
Fundos de investimento em direitos creditórios	—	—	—	18.316	—	18.316
Outras aplicações	—	—	—	—	234	234
Total	399.869	2.510	18.316	2.055	234	422.984

(*) Inclui operações comprometidas no montante de R\$ 74.741 com lastro em títulos públicos. O gerenciamento de risco de crédito referente aos instrumentos financeiros inclui o monitoramento de exposições aos riscos de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Am Best, Fitch Ratings, Standard & Poor's e Moody's*. A Seguradora efetua diversas análises de sensibilidade e testes de stress, como ferramentas de gestão de riscos financeiros para cada título e **e) Incapacidade ou inviabilidade de recuperação de créditos de títulos de renda fixa para cada título.** Os resultados do teste de stress são utilizados para a mitigação de riscos e o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido da Seguradora em condições normais e em condições de stress. Esses testes levam em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado, previstas para períodos futuros e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão e também para identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Seguradora liquidar seus compromissos, como com as dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. A Seguradora possui política específica que estabelece índices de liquidez mínimos requeridos para suprir quaisquer necessidades de financiamentos e compromissos. Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo caixa e equilíbrio entre ativos e passivos para manter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações previstas em estas atividades. **Exposição ao risco de liquidez:** O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos em seus respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. **Gerenciamento do risco de liquidez:** A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. São aprovados, anualmente, pela Diretoria os níveis mínimos de liquidez a serem mantidos, assim como os instrumentos para gestão da liquidez, tendo como base as premissas estabelecidas na Política de Investimentos a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. O gerenciamento do risco de liquidez é realizado pela Diretoria Geral de Administração e Finanças e Marketing e tem por objetivo controlar os diferentes descaimentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. A Seguradora monitora, por meio da gestão do fluxo de caixa, as entradas e os

desembolsos futuros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos. Adicionalmente, é reportado mensalmente à SUSEP o nível de liquidez apresentado pela Seguradora, avaliando a sobra de recursos em função da necessidade de cobertura das provisões técnicas. As estimativas utilizadas para o cálculo dos valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações e benefícios são revisadas mensalmente. Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade de manter o equilíbrio de ativos e passivos. Não obstante a Seguradora apresentar aparente liquidez negativa na distribuição das faixas dos *agings* do ativo e do passivo, isto não é procedente, uma vez que mantém aplicações financeiras classificadas como disponíveis para venda que podem ser utilizadas no caso de necessidade de fluxo de caixa e gera fluxos de caixa positivos nas operações.

	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
2017				
Ativo				
Disponível	224	—	—	224
Equivalentes de caixa	190	—	—	190
Aplicações (*)	121.674	207.389	—	329.063
Créditos das operações com seguros e resseguros	174.254	—	—	174.254
Ativos de resseguro - provisões técnicas (**)	78.071	22.768	931	101.770
Outros créditos operacionais	9.532	—	—	9.532
Títulos e créditos a receber (**)	4.316	—	—	4.316
Outros valores e bens	616	—	—	616
Despesas antecipadas	488	—	—	488
Custos de aquisição diferidos	64.740	2.510	—	67.250
Total do ativo	454.105	232.667	931	687.703
Passivo				
Provisões técnicas (*)(/(**)	347.029	85.903	3.261	436.193
Contas a pagar	30.651	—	—	30.651
Debêntures das operações com seguros e resseguros	77.180	—	—	77.180
Depósitos de terceiros	17.065	—	—	17.065
Total do passivo	471.925	85.903	3.261	561.089

	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
2016				
Ativo				
Disponível	4.537	—	—	4.537
Equivalentes de caixa	2.915	—	—	2.915
Aplicações (*)	100.996	170.333	61.628	332.957
Créditos das operações com seguros e resseguros	334.976	—	—	334.976
Ativos de resseguro - provisões técnicas (**)	91.824	30.761	11.176	133.761
Outros créditos operacionais	4.468	—	—	4.468
Títulos e créditos a receber (**)	5.490	—	—	5.490
Outros valores e bens	779	—	—	779
Despesas antecipadas	397	—	—	397
Custos de aquisição diferidos	66.163	1.858	—	68.021
Total do ativo	612.545	202.952	72.804	888.301
Passivo				
Provisões técnicas (*)(/(**)	378.906	98.827	32.863	510.596
Contas a pagar	74.623	1	—	74.623
Debêntures das operações com seguros e resseguros	99.292	—	—	99.292
Depósitos de terceiros	17.077	—	—	17.077
Total do passivo	569.897	98.828	32.863	701.588

(*) As aplicações financeiras foram alocadas considerando as datas de vencimento dos títulos. Os ativos financeiros e provisões técnicas relacionados a DPVAT, no valor respectivo de R\$ 95.400 (R\$ 90.027 em 31 de dezembro de 2016) e R\$ 95.337 (R\$ 90.007 em 31 de dezembro de 2016), não foram classificados no quadro por não estar sob a gestão da Administração. (**) Os depósitos judiciais e fiscais no montante de R\$ 23.547 (R\$ 21.704 em 31 de dezembro de 2016), e provisões judiciais de R\$ 27.254 (R\$ 15.428 em 31 de dezembro de 2016), não foram classificados no quadro acima devido à expectativa incerta do prazo das respectivas decisões judiciais. Os créditos tributários e previdenciários, no valor de R\$ 62.396 (R\$ 34.628 em 31 de dezembro de 2016) também não foram classificados no quadro acima. (***) No que se refere ao fluxo de saída das provisões de sinistros e ativos de resseguro relacionado a sinistro foi considerado a experiência histórica observada do padrão de pagamento. **Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco de alterações nos preços do mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, nos ganhos da Seguradora ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno dos investimentos. A política da Seguradora, em termos de exposição a riscos de mercado, é conservadora, sendo que o de risco de mercado é calculado pela Diretoria de Risco do Banco do Brasil com base em cenários de stress, histórico e nas metodologias de *Value at Risk (VaR)* e *Macaulay Duration*. O modelo de VaR é aplicado aos fundos de investimentos de Liquidez e Risco da Seguradora, utilizando-se de série histórica de 150 dias, com nível de confiança de 95% e horizonte temporal de 1 dia útil. Considerando o efeito da diversificação entre os fatores de risco, a possibilidade de perda estimada pelo modelo do VaR, para o intervalo de 1 dia é:

	VaR	Patrimônio
Liquidez	33	3.001.884
Rentabilidade	—	—

A metodologia de *Macaulay Duration* é aplicada às Carteiras de ALM (*Asset & Liability Management*) da Seguradora, que contempla as carteiras administradas e os fundos com ativos mantidos até o vencimento. O prazo médio apresentado para as carteiras é de 1,50 ano (1,69 em 31 de dezembro de 2016), frente a um patrimônio de R\$ 225.897 (R\$ 260.645 em 31 de dezembro de 2016) e está de acordo com as diretrizes de ALM do GRUPO SEGURADORA, sendo revisado, periodicamente, pelo Comitê Financeiro. Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é aperfeiçoar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito. **Sensibilidade à taxa de juros:** Na presente análise de sensibilidade são considerados os seguintes fatores de risco: *i.* taxa de juros e *ii.* coupons de títulos indexados a índices de inflação (INPC, IGP-M e IPCA), em função da relevância dos mesmos nas posições ativas da Seguradora. A definição dos parâmetros quantitativos utilizados na análise de sensibilidade (100 pontos base para taxa de juros e parâmetros de inflação), teve por base a análise das variações históricas de taxas de juros em período recente e premissa de não alteração das curvas de expectativa de inflação, refletindo nos respectivos coupons na mesma magnitude da taxa de juros. Do total de R\$ 424.463 (R\$ 422.984 em 31 de dezembro de 2016) de

6. APLICAÇÕES

a) Composição por prazo e por nível hierárquico: Apresentamos a seguir a composição dos ativos financeiros por prazo, por título e por hierarquia de valor justo. Os ativos financeiros classificados a valor justo por meio do resultado estão apresentados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com o vencimento dos títulos.

Ativos	Vencimento					Sem vencimento (D)	Valor contábil (E = A + B + C + D)	Valor de curva (F)	Valor justo (G)	Ganho/perda não realizada (G - F)	2017 (E)	2016 (H)		
	Hierarquia do valor justo	Até 1 ano (A)	De 1 a 5 anos (B)	Acima de 5 anos (C)	Acima de 5 anos (C)									
Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado														
Fundos de investimentos														
Letras financeiras do tesouro (LFT)	1	110.957	1.649	—	—	95.399	208.005	207.972	208.005	33	208.005	49%	184.167	44%
Fundos do tesouro nacional (LTN)	1	105.937	1.649	—	—	95.399	202.985	202.952	202.985	33	202.985	98%	165.851	90%
Operações compromissadas (*)	1	105.770	—	—	—	—	899	899	899	—	899	0%	673	0%
DPVAT	1	—	167	750	—	—	917	884	917	33	917	1%	408	0%
Caixa/contas a pagar/contas a receber	1	—	—	—	—	(1)	105.770	105.770	105.770	—	105.770	52%	74.741	45%
Finanças administradas	1	—	—	—	—	—	917	884	917	33	917	1%	408	0%
Fundamentos em direitos creditórios (FDC)	2	5.020	—	—	—	—	5.020	5.020	5.020	—	5.020	2%	18.316	100%
Ativos financeiros disponíveis para venda														
Carteiras administradas	1	—	—	—	—	—	10							

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

14. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	2017	2016
Impostos de renda	367	30.223
Antecipação imposto de renda	(367)	(22.000)
Contribuição social	360	25.217
Antecipação contribuição social	(360)	(13.322)
COFINS	853	993
PIS/PASEP	139	161
Total	992	21.272

15. OPERAÇÕES COM SEGURADORAS

É composto, basicamente, por prêmio líquido de comissões no montante de R\$ 8.046 e ressarcimento cedido R\$ 377 (Prêmios líquido de comissões R\$ 7.563 e ressarcimento cedido R\$ 5.554 em 31 de dezembro de 2016).

19. DETALHAMENTO E MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS E CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

	2017		2016	
	Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	Provisão de sinistros a liquidar - PSL (*)	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR
Saldo inicial	266.429	235.850	102.891	(10.683)
Constituições	223.539	-	-	-
Diferimento pelo risco decorrido	(236.162)	-	-	-
Aviso de sinistros	-	289.577	-	-
Pagamento de sinistros	-	(252.463)	-	-
Ajuste de estimativa de sinistros	-	(71.523)	-	-
Atualização monetária e juros	-	(7.749)	-	-
Reversões	-	-	(328)	(14.423)
Saldo final	253.806	193.692	102.563	(25.106)

	2017		2016	
	Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	Provisão de sinistros a liquidar - PSL (*)	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR
Saldo inicial	373.427	282.414	63.883	(17.492)
Constituições	575.544	-	39.008	6.809
Diferimento pelo risco decorrido	(682.542)	-	-	-
Aviso de sinistros	-	350.108	-	-
Pagamento de sinistros	-	(218.133)	-	-
Ajuste de estimativa de sinistros	-	(186.411)	-	-
Atualização monetária e juros	-	7.872	-	-
Reversões	-	-	-	(65)
Saldo final	266.429	235.850	102.891	(10.683)

	2017		2016	
	Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	Provisão de sinistros a liquidar - PSL (*)	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR
Saldo inicial	50.324	81.731	5.655	(4.848)
Constituições	17.556	-	-	-
Diferimento pelo risco decorrido	(21.195)	-	-	-
Aviso de sinistros	-	158.216	-	-
Pagamento de sinistros	-	(68.061)	-	-
Ajuste de estimativa de sinistros	-	(115.011)	-	-
Atualização monetária e juros	-	3.230	-	-
Reversões	-	-	(1.490)	(5.774)
Saldo final	46.685	60.105	4.165	(10.622)

	2017		2016	
	Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	Provisão de sinistros a liquidar - PSL (*)	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR
Saldo inicial	52.370	111.879	8.883	(5.685)
Constituições	69.444	-	-	837
Diferimento pelo risco decorrido	(71.490)	-	-	-
Aviso de sinistros	-	181.987	-	-
Pagamento de sinistros	-	(168.522)	-	-
Ajuste de estimativa de sinistros	-	(44.185)	-	-
Atualização monetária e juros	-	572	-	-
Reversões	-	-	(3.228)	(4.848)
Saldo final	50.324	81.731	5.655	(4.848)

(*) Inclui o montante de R\$ 74.511 referente a provisão de sinistro judicial (R\$ 86.069 em 31 de dezembro de 2016).

Custos de aquisição diferidos

	2017	2016
Saldo no início do exercício	68.021	81.789
Constituições/reversões	(771)	(13.768)
Saldo no final do exercício	67.250	68.021

20. DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem o objetivo de apresentar o grau de incerteza existente na estimativa do montante de sinistros avisados na data de encerramento das demonstrações financeiras individuais. Partindo do ano em que o sinistro foi avisado e o montante estimado neste mesmo exercício, na primeira linha do quadro abaixo, é apresentado como este montante varia no decorrer dos anos, conforme são obtidas informações mais precisas sobre a frequência e severidade do sinistro à medida que os sinistros são avisados para a Seguradora. Nas linhas abaixo do quadro são apresentados os montantes de sinistros esperados, por ano de aviso e, destes, os totais de sinistros cujo pagamento foi realizado e os totais de sinistros pendentes de pagamento, conciliados com os saldos contábeis. Este quadro contempla as operações de seguros direto, cosseguro aceito, deduzido o cosseguro. Não estão incluídas as operações do consórcio DPVAT.

Montante estimado para o sinistro	Ano de aviso do sinistro						
	Até 2002	2013	2014	2015	2016	2017	Total
No ano do aviso	875.218	223.106	240.628	226.573	201.500	230.836	230.836
Um ano após o aviso	805.362	225.362	215.895	200.685	180.153	-	180.153
Dois anos após o aviso	819.985	231.988	217.489	199.546	-	-	199.546
Três anos após o aviso	829.254	218.552	216.754	-	-	-	216.754
Quatro anos após o aviso	838.317	216.975	-	-	-	-	216.975
Cinco anos após o aviso	831.889	-	-	-	-	-	831.889
Estimativa de sinistros incorridos em 31.12.2017	831.889	216.975	216.754	199.546	180.153	230.836	1.876.153
Pagamentos efetuados até 31.12.2017	744.450	208.653	200.966	188.993	169.278	181.550	1.693.890
Provisão de sinistros a liquidar no exercício de análise em 31.12.2017 (*)	87.439	8.322	15.788	10.553	10.875	49.286	182.263
Provisão agregada de sinistros em 31.12.2017 (*)	-	-	-	-	-	-	(2.123)
Total de provisão (PSL, IBNR, IBNeR, PDR sem DPVAT)	-	-	-	-	-	-	180.140
Provisões DPVAT	-	-	-	-	-	-	95.337
Retrocessão	-	-	-	-	-	-	2.247
Total de provisão (PSL, IBNR, IBNeR, PDR)	-	-	-	-	-	-	277.724

Montante de sinistros pagos	Ano de aviso do sinistro						
	Até 2002	2013	2014	2015	2016	2017	Total
No ano do aviso	400.577	110.376	104.953	119.458	126.443	181.550	181.550
Um ano após o aviso	624.333	180.187	181.286	183.030	169.278	-	169.278
Dois anos após o aviso	685.155	196.038	194.124	188.993	-	-	188.993
Três anos após o aviso	714.933	205.516	200.966	-	-	-	200.966
Quatro anos após o aviso	732.979	208.653	-	-	-	-	208.653
Cinco anos após o aviso	744.450	-	-	-	-	-	744.450
Pagamentos efetuados até 31.12.2017	744.450	208.653	200.966	188.993	169.278	181.550	1.693.890
Provisão de sinistros a liquidar no exercício de análise em 31.12.2017 (*)	55.802	6.918	11.652	8.309	5.580	32.460	120.721
Provisão agregada de sinistros em 31.12.2017 (*)	-	-	-	-	-	-	4.334
Total de provisão (PSL, IBNR, IBNeR, PDR sem DPVAT)	-	-	-	-	-	-	125.055
Provisões DPVAT	-	-	-	-	-	-	95.337
Retrocessão	-	-	-	-	-	-	2.247
Total de provisão (PSL, IBNR, IBNeR, PDR)	-	-	-	-	-	-	222.639

Montante de sinistros pagos	Ano de aviso do sinistro						
	Até 2002	2013	2014	2015	2016	2017	Total
No ano do aviso	299.350	78.737	104.963	119.474	125.236	180.771	180.771
Um ano após o aviso	431.721	144.659	182.073	165.382	155.860	-	155.860
Dois anos após o aviso	459.153	137.879	159.993	162.809	-	-	162.809
Três anos após o aviso	483.109	111.964	155.742	-	-	-	155.742
Quatro anos após o aviso	460.946	96.923	-	-	-	-	96.923
Cinco anos após o aviso	470.235	-	-	-	-	-	470.235
Pagamentos efetuados até 31.12.2017	470.235	96.923	155.742	162.809	155.860	180.771	1.222.340

(*) Refere-se ao montante das provisões de IBNR e IBNeR, o qual não é possível segregar por sinistro.

21. COBERTURA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

	2017	2016
Provisões técnicas	531.530	600.603
Parcela correspondente a resseguros contratados	(55.085)	(83.437)
Direitos creditórios	(120.591)	(117.263)
Provisões retidas pelo IRB	(234)	(234)
DPVAT	(95.337)	(90.007)
Custos de aquisição diferidos redutores de PPNG	(37.374)	(38.017)
Total a ser coberto	222.909	271.645
Bens oferecidos em cobertura:		
Quotas e fundos de investimentos	218.833	208.625
Títulos de renda fixa - públicos	109.996	119.533
Títulos de renda fixa - privados	-	4.565
Total	328.829	332.723
Ativos livres	105.920	61.078

22. PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR JUDICIAL

	2017			2016		
	Quantidade	Valor da causa	Valor da provisão (*)	Quantidade	Valor da causa	Valor da provisão (*)
Provável	242	11.842	22.296	445	12.998	28.974
Possível	747	165.192	52.215	842	75.902	57.095
Remota	208	835	-	200	558	-
Total	1.197	177.869	74.511	1.487	89.458	86.069

(*) Os valores estão apresentados líquidos de resseguros.

A provisão para as ações judiciais relacionadas a sinistros é baseada em norma interna que considera, além das probabilidades de perda avaliadas pelos advogados, a análise dos riscos envolvidos e perdas históricas.

b) Composição das ações por ano de citação

Ano de abertura	2017		2016	
	Quantidade	PSL judicial (*)	Quantidade	PSL judicial (*)
De 1998 a 2000	16	4.997	18	5.021
De 2001 a 2005	101	8.408	123	15.847
De 2006 a 2010	173	18.340	215	25.494
De 2011 a 2016	668	35.755	820	32.635
De 2017	239	7.011	311	7.072
Total	1.197	74.511	1.487	86.069

(*) Os valores estão apresentados líquidos de resseguros.

c) Movimentação da provisão de sinistros judiciais

	2017		2016	
	Seguros	Resseguro	Seguros	Resseguro
Saldo inicial do exercício	107.267	21.198	62.745	16.376
Total pago no exercício	(14.240)	-	(5.549)	-
Total provisionado até o fechamento do exercício anterior para as ações pagas no exercício	11.016	974	3.670	222
Quantidade de ações pagas no exercício	184	206	-	-
Novas constituições no exercício	22.871	942	32.705	2.694
Quantidade de ações referentes a novas constituições no exercício	354	319	391	343
Novas constituições referentes a citações do exercício	8.074	665	19.123	625
Novas constituições referentes a citações de exercícios anteriores	14.797	277	13.584	2.069
Baixa da provisão por extinto	(1.313)	(61)	(531)	(19)
Alteração da provisão por estimativas ou probabilidades	(9.593)	(523)	7.169	(335)
Atualização monetária e juros	(5.695)	3.230	10.728	2.482
Saldo final do exercício	99.297	24.786	107.267	21.198

O prazo médio para pagamento dos sinistros judiciais é de 46 meses.

16. CORRETORES DE SEGUROS E RESSEGUROS

É composto por comissões a pagar e comissões sobre prêmios emitidos pendentes.

17. OUTROS DÉBITOS OPERACIONAIS

	2017	2016
Estipulantes de seguros	6.604	14.725
Contas a pagar - DPVAT	62	20
Outros débitos	305	143
Total	6.971	14.888

18. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

É composto, substancialmente, por valores efetivamente recebidos mas ainda não baixados das contas de prêmios a receber, assim como de demais operações da Seguradora.

23. PROVISÕES JUDICIAIS

a) Composição

Natureza	2017		2016	
	Fiscal	Trabalhista	Cíveis	Total
Saldo inicial	13.953	13.401	14.886	14.308
Constituições	13.232	12.716	14.032	13.496
Diferimento pelo risco decorrido	721	685	854	812
Aviso de sinistros	-	59	-	552
Pagamento de sinistros	-	-	-	-
Ajuste de estimativa de sinistros	-	-	-	-
Atualização monetária e juros	-	-	-	-
Reversões	-	-	-	-
Saldo final	13.301	1.968	741	123

Natureza	2017		2016	
	Fiscal	Trabalhista	Cíveis	Total
Saldo inicial	50.324	81.731	<	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

	2017	2016
Outras receitas e despesas operacionais - Outros	198	99
Brasileveículos Companhia de Seguros (*)	32	16
Companhia de Seguros Aliança do Brasil (**)	166	83
Despesas administrativas - Compartilhamento	73.114	(50.962)
Brasileveículos Companhia de Seguros (*)	1.608	(1.094)
Companhia de Seguros Aliança do Brasil (**)	8.223	(10.454)
MAPFRE Seguros Gerais S.A. (*)	62.743	(38.087)
MAPFRE Vida S.A. (*)	540	(1.327)
Despesas administrativas - Pessoal	569	(830)
Companhia de Seguros Aliança do Brasil (**)	12	38
MAPFRE Saúde Ltda.	557	(868)
Despesas administrativas - Outras	176	(129)
Brasileprev Seguros e Previdência S.A.	170	(136)
Companhia de Seguros Aliança do Brasil (**)	-	7
MAPFRE Saúde Ltda.	6	-
Receitas financeiras - Outras	-	31
Companhia de Seguros Aliança do Brasil (**)	-	31
Despesas financeiras - Taxa de administração	(306)	(725)
BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. - BB DTVM	(306)	(725)
Total do resultado	151.016	(132.661)

(*) Refere-se a compartilhamento de despesas das empresas do GRUPO. (**) As ações do IRB Brasil

Resseguros S.A. foram vendidas no segundo semestre de 2017, deixando assim de ser considerada como parte relacionada. **b) Remuneração do pessoal-chave da Administração:** É contabilizada na rubrica "Despesas administrativas" a remuneração paga aos Administradores, que compreende benefícios de curto prazo. Não é concedido qualquer tipo de benefício pós-emprego e não tem como política pagar a empregados e administradores remuneração baseada em ações. Os benefícios de curto prazo providos aos administradores foram de R\$ 838 (R\$ 942 em 31 de dezembro de 2016). **c) Compartilhamento de despesas:** As despesas administrativas das empresas operacionais do GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE são compartilhadas entre as mesmas, e rateadas através de modelo interno de alocação e rateio de custos. O rateio contempla os gastos de gestão interna (despesas administrativas em geral), gastos de comercialização (despesas comerciais da rede e canais) e comunicação institucional (despesas de propaganda e marketing).

28. PLANOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
A Seguradora proporciona plano de previdência complementar aos seus colaboradores, cujos benefícios compreendem pensão e complemento de aposentadoria. O regime do plano é de contribuição definida, sendo que as contribuições efetuadas durante o período totalizaram R\$ 170 (R\$ 136 em 31 de dezembro de 2016).

29. OUTRAS INFORMAÇÕES
a) Comitê de auditoria: O Comitê de Auditoria está instituído na empresa líder MAPFRE BB SH2 Participações S.A., nos termos da Resolução nº 321, de 2015, do Conselho Nacional de Seguros Privados, tendo alcance sobre a Seguradora. Por essa razão e com amparo no § 3º do artigo 136 daquela Resolução, o Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria está publicado nas demonstrações financeiras individuais da empresa líder.
b) Assuntos regulamentares: Em decorrência do monitoramento regular de fiscalização efetuado pela SUSEP, a Seguradora foi questionada, sobre a redução ao valor recuperável de prêmios a receber, para a qual

utilizava de estudo técnico elaborado em conformidade com a norma aplicável, o qual dava embasamento aos procedimentos e julgamentos adotados pela Administração. A partir de 2016 a Seguradora absteve-se da utilização do referido estudo técnico, aplicável aos prêmios a receber, e passou a adotar os critérios determinados pelo do artigo 168 e pelo parágrafo único do artigo 169 da Circular SUSEP nº 517/2015 (alterada pela Circular SUSEP nº 544/2016) para todos os ativos sujeitos a redução ao valor recuperável.

30. EVENTO SUBSEQUENTE
Em 06 de fevereiro de 2018, foi divulgado fato relevante que visa estabelecer as premissas para celebração dos Acordos Definitivos que regularão a reestruturação societária e operacional das sociedades integrantes do atual GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE e a parceria entre os acionistas, que resultará na seguinte configuração:
i. carteiras exploradas em conjunto pelos acionistas Grupo BB Seguridade e Grupo MAPFRE ("Futuro GRUPO BB E MAPFRE");
• canal bancário do BB: vida, prestamista, vida produtor rural, habitacional, agrícola, penhor rural, residencial, empresarial, massificados e DPVAT; e
• canal *affinity*: as carteiras mencionadas acima também poderão ser exploradas pelo Futuro GRUPO BB E MAPFRE por meio do canal *affinity*, desde que previamente acordado entre o Grupo BB Seguridade e o Grupo MAPFRE, exceto quando o canal *affinity* em questão for de uma sociedade coligada do BB ("Coligadas BB"), hipótese essa que dispensará a aprovação prévia.
ii. carteiras exploradas pelas sociedades do Grupo MAPFRE:
• canal corretor e *affinity*: vida, prestamista, agrícola, auto e grandes riscos, residencial, empresarial e DPVAT; e
• canal bancário do BB e Coligadas BB: auto e grandes riscos. O Grupo MAPFRE permanecerá com exclusividade para a comercialização dos seguros de automóvel e de grandes riscos no canal bancário do BB, em condições a serem definidas.

PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES

Aos Conselheiros e Diretores da **Aliança do Brasil Seguros S.A.** São Paulo - SP
Examinamos as provisões técnicas, exceto os valores relativos ao seguro DPVAT, e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Aliança do Brasil Seguros S.A. ("Seguradora"), em 31 de dezembro de 2017, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.
Responsabilidade da Administração
A Administração é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente ser causada por fraude ou erro.
Responsabilidade dos atuários independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção estão livres de distorção relevante.
Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Seguradora e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.
Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do

juízo do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente ser causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Seguradora para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Aliança do Brasil Seguros S.A..
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.
Opinião
Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção acima referidos da Aliança do Brasil Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2017 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.
Outros assuntos
No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Seguradora e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos divergências na correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos de Sinistros e Prêmios, em seus aspectos mais relevantes, tendo sido definido pela Seguradora um plano de ação junto à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP para a regularização desta situação. Todavia, essas divergências não trouxeram distorção relevante na apuração dos referidos itens e, assim, não impactaram nossa opinião descrita anteriormente.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2018.


KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.
CNPJ: 02.668.801/0001-55
CIBA 48
Joel Garcia
Atuário MIBA 1131

Anexo I
Aliança do Brasil Seguros S.A.
(Em milhares de Reais)

1. Provisões técnicas e ativos de resseguro	
Total de provisões técnicas	531.530
Total de provisões técnicas auditadas(*)	436.193
Total de ativos de resseguro	101.770
2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas(*)	
Provisões técnicas auditadas (a)	436.193
Valores redutores auditados (b)	213.284
Total a ser coberto (a-b)	222.909
(*) De acordo com a Resolução CNSP nº 321/2015 a auditoria atuarial do DPVAT é responsabilidade da seguradora administradora dos consórcios.	
3. Demonstrativo do Capital Mínimo	
Capital Base (a)	15.000
Capital de Risco (CR) (b)	89.036
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	89.036
4. Demonstrativo da Solvência	
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	187.011
Exigência de Capital (CMR) (b)	89.036
Suficiência / (Insuficiência) do PLA (c = a - b)	97.975
Ativos Garantidores (d)	328.829
Total a ser Coberto (e)	222.909
Suficiência/ (Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d - e)	105.920
Ativos Líquidos (g)	105.920
Capital de Risco (CR) (h)	89.036
Índice de Liquidez em relação ao CR % (*) (g / h)	118,96%
(*) O índice de liquidez em relação ao Capital de Risco requerido pela Resolução CNSP nº 321/2015 e modificações é de, no mínimo, 20%.	
5. Demonstrativo dos limites de retenção (Ramos SUSEP)	
0173, 1872	500
1535	2.000
0351, 1428, 1528	3.000
0746, 0748, 0775, 0776	3.500
0114, 0621, 0622, 1433	5.000
0116, 0118, 0141, 0167, 0171, 0196, 0711	7.500


RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Aos Conselheiros e Diretores da **Aliança do Brasil Seguros S.A.** São Paulo - SP
Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Aliança do Brasil Seguros S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Aliança do Brasil Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.
Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e o relatório do auditor
A Administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.
Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais
A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais livres de distorção relevante, independentemente ser causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais.
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente ser causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais, independentemente ser causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2018.


KPMG Auditores Independentes
CRC ZSP014428/O-6
Luciene Teixeira Magalhães
Contadora CRC RJ-079849/O-3

DIRETORIA

Fernando Barbosa de Oliveira
Diretor Presidente
Luis Gutiérrez Mateo
Diretor Vice-Presidente

André Renato Viard Fortino
Camilo Buzzi
Carlos Alberto Landim

Cynthia Betti Rodrigues Qualharello
Leonardo Giuberti Mattali
Luis Felipe Lebert Cozza

Maurício Galian
Raphael de Luca Júnior
Wady José Mourão Curly

CONTADORA

Simone Pieretti Gonçalves - CRC 1SP 18371/O-5

ATUÁRIA

Adriana Nery Osassa Okada - MIBA 1031